

O currículo em música na educação básica brasileira: uma revisão de literatura a partir dos anais da ANPPOM e da Revista Opus

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SUBÁREA: EDUCAÇÃO MUSICAL

Bruno Felix da Costa Almeida
Uergs – bruno-almeida@uergs.edu.br

Cristina Rolim Wolffenbüttel
Uergs – cristina-wolffenbuttel@uergs.edu.br

Resumo: O artigo apresenta uma parte da revisão de literatura constituída a partir do questionamento: O que tem sido publicado sobre o tema "Currículo em Educação Musical na Educação Básica Brasileira" na Revista ANPPOM e na Revista Opus? Dessa forma, foi possível constatar a falta de fomento de novas e amplas discussões sobre a inserção, bem como a implementação da música nas escolas brasileiras como componente curricular obrigatório para todos os anos compreendidos pela Educação Básica.

Palavras-chave: Educação Musical. Currículo. Educação Básica.

The Music Curriculum in Basic Education Brazilian: A Review of Literature from the Annals of ANPPOM and Opus Magazine

Abstract: The article presents a part of literature review constituted from the questioning: What has been published on the theme "Curriculum in Music Education in Brazilian Basic Education" in ANPPOM Proceedings and Opus Magazine? In this way, it was possible to verify the lack of foment new and broad discussions about the insertion, as well as of the implementation of the music in the Brazilian schools as a compulsory curricular component for all the years comprised by the Basic Education.

Keywords: Music Education. Curriculum. Basic Education.

1. Introdução

A inserção da música nas escolas brasileiras de Educação Básica tem sido tema de estudos na área da Educação Musical e áreas afins, à medida que pesquisadores tendem a fomentar saberes na reconstituição do passado para as novas perspectivas educativo-musicais na atualidade.

Periódicos, como a Revista da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), que reúne publicações de diversas temáticas em se tratando da Educação Musical, e a Opus, Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música (ANPPOM), que reúne pesquisas do campo da música como um todo, contribuem para o fortalecimento de estudos que mobilizam, por exemplo, interesses acerca da Educação Musical nas escolas brasileiras de Educação Básica (PIRES; DALBEN, 2013; AQUINO, 2017).

Um panorama sobre o “estado da arte” das publicações da Revista da ABEM publicadas entre os anos de 1992 a 2011, é apresentado por Pires e Dalben (2013), com vistas a identificar quais estudos foram realizados sobre a temática “educação musical na educação básica” (p. 103). Por sua vez, Aquino (2017) se propôs a “revelar as relações e os movimentos subjacentes à construção epistemológica da educação musical escolar no Brasil”, a partir da análise de artigos publicados sobre a temática nas edições de 1992 a 2004 da Revista da ABEM e da Revista da ANPPOM – OPUS, e as edições publicadas a partir de 2007, da Revista Música na Educação Básica (MEB), também da ABEM (p. 226).

Martinez e Pederiva (2013) esclarecem que analisar historicamente a inserção da música em ambientes nacionais de desenvolvimento educacional “contribui para debates e reflexões acerca da educação musical que se pretende realizar no contexto da educação básica brasileira” (p. 21). Portanto, a investigação sobre a inserção da música em ambientes escolares pode contribuir com o campo da Educação Musical, de modo a subsidiar relações reflexivas destinadas à compreensão de seu processo de implementação na atualidade.

Diante desta relação, o texto apresenta um recorte da revisão de literatura atrelada à investigação desenvolvida junto à Linha 2: Linguagens e Arte em Contextos Educacionais, do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (PPGED/UERGS), que pretende elaborar uma proposta curricular em Educação Musical, com ênfase no contexto histórico-social e nas Políticas Públicas para a operacionalização do ensino da Música na Educação Básica, no Departamento Artístico do Colégio Gaspar Silveira Martins, localizado na cidade de Venâncio Aires, Rio Grande do Sul. Diante das especificidades, portanto, esta pesquisa propõe-se a responder ao questionamento: O que tem sido publicado sobre o tema "Currículo em Educação Musical na Educação Básica Brasileira" na Revista ANPPOM e na Revista Opus?

2. Do Objetivo à Coleta dos Dados

Com o objetivo de apresentar os dados emergidos através da pesquisa via *Internet* (KOCH, 1996), realizada junto aos sites que veiculam as publicações dos anais e periódicos científicos da Revista Opus, ambos da ANPPOM realizou-se, inicialmente, a busca pela palavra “currículo” no título, no resumo e nas palavras-chave dos textos publicados nos anais da ANPPOM, de 1990 a 2017, bem como nas edições da Revista Opus, de 1989 a 2017. Ao todo foram selecionados sete artigos que atenderam à temática da investigação, publicados

entre os anos de 2010 a 2016. A Tabela 1 resume as informações referentes aos artigos selecionados, atendendo à temática “currículo em Música na Educação Básica”.

Ano de Publicação	Anais da ANPPON	Revista Opus
2010	1 artigo	-
2013	1 artigo	-
2015	1 artigo	-
2016	3 artigos	1 artigo
TOTAL	6 artigos	1 artigo

Tabela 1. Artigos encontrados sobre a temática “Currículo em Música na Educação Básica”.

Nesse sentido, são apresentadas as discussões propostas nos sete artigos selecionados e analisados, evidenciando a inserção da música no currículo das escolas de Educação Básica, além das discussões que tratam das adequações legislativas que viabilizam a implementação do ensino da música nas escolas regulares brasileiras.

3. Discussões sobre o Currículo em Música na Educação Básica

Diante do desafio da inserção do ensino da Música em uma escola de tempo integral, Veber (2010) discute “a relação entre o ensino da música e as concepções de integração curricular” (p. 247). Para tanto, a partir da proposição do desenvolvimento de um currículo integrado entre a música e as demais áreas do conhecimento constantes no currículo da escola lócus da investigação, localizada em Santa Catarina, a autora, explica que “a prática de um currículo integrado estava associada à necessidade de planejamento em conjunto, sendo este um dos grandes desafios e um dos maiores entraves para que a construção de um currículo fosse efetivada na escola” (VEBER, 2010, p. 249).

Nesse sentido, o desafio de desenvolver um currículo integrado em música, diante de uma proposta educativa em tempo integral, viabilizou o conhecimento e o reconhecimento de “outras possibilidades para a música na escola” por parte dos outros professores, diante das relações entre “aprender a integrar e de conhecer as novas áreas que haviam sido inseridas no currículo da escola” (VEBER, 2010, p. 250).

De todo modo, ainda que os resultados da integração entre a música e outras áreas do conhecimento tenham sido evidenciados através do estudo, a autora ressalta a necessidade de superar outros desafios surgidos no decorrer do processo da integração curricular, visto que a inserção da música no currículo, bem como sua integração com outras áreas do conhecimento, têm “um longo caminho a ser percorrido” (VEBER, 2010, p. 250) para que aconteça de forma efetiva conforme planejado.

Em se tratando da discussão sobre a elaboração e o desenvolvimento do currículo em música no Ensino Médio, Gomes e Melo (2013) apresentam os resultados emergidos diante do documento norteador para o ensino de Arte em suas especificidades, do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), o qual contempla o ensino das Artes Visuais, Artes Cênicas e Música, ao passo que o estudo evidencia as contribuições para as proposições curriculares para o ensino de Arte-Música do instituto, com vistas às adequações legislativas, discutidas à época, para o ensino de Arte e suas áreas no ensino médio.

Portanto, com o intuito de “apresentar e discutir o novo currículo da disciplina Arte-Música dos Cursos Técnicos Integrados” do IFRN (GOMES; MELO, 2013, p. 2), elaborado com a participação dos professores de Arte em interação com os campi do IFRN do Rio Grande do Norte, os autores apontam que “a definição clara das áreas Música, Artes Visuais e Artes Cênicas, o direcionamento da atuação docente em sua área de habilitação, bem como a redefinição dos conteúdos de cada área” (GOMES; MELO, 2013, p. 3) contribuíram para a organização do currículo no que diz respeito às especificidades de cada área do ensino de Arte, ao direcionamento do professor para o ensino de Arte em sua área de formação, além da viabilização do ensino de cada uma das especificidades atendendo ao Projeto Político-Pedagógico elaborado com vistas às adequações para o perfil de ensino de Arte no Ensino Médio.

Nesse sentido, o ensino da Arte foi organizado em três semestres, sendo que em cada um deles os alunos do IFRN têm o acesso a uma das áreas artísticas disponibilizadas pelo instituto. Por sua vez, “os objetivos das disciplinas estão pautados na compreensão, reconhecimento, vivência, reflexão, pesquisa e análise de elementos musicais dentro de uma perspectiva sócia histórica e cultural, considerando as produções artístico-musicais de âmbito local, regional, nacional e internacional” (GOMES; MELO, 2013, p. 4).

A proposta contempla, também, o ensino da Arte em relação às suas “funções e dimensões na sociedade” (GOMES; MELO, 2013, p. 6). Além disso, o professor conta com a possibilidade de propor atividades extracurriculares que valorizem o ensino da música através de oficinas musicais, grupos de pesquisas e de extensão comunitária. Assim, os autores concluem salientando a importância do desenvolvimento da proposta curricular em auxílio e norteamo ao trabalho docente dos profissionais relacionados à área atuantes no instituto.

Com o objetivo de mapear as propostas curriculares para o ensino de música na disciplina Arte das escolas regulares brasileiras, Pereira (2015) relaciona alguns pressupostos emergidos a partir da análise dos livros didáticos utilizados para o ensino musical, com ênfase

nos estudos empreendidos por Vera Lúcia Gomes Jardim, sobre a inserção da música no currículo escolar, e por Vivian Dell’Agnolo Barbosa, que analisou os livros didáticos de Música para o Ensino Fundamental I.

Diante das aproximações analíticas, o autor evidencia que, em um primeiro momento, a música na escola possuía um “caráter de ensino especializado”, com a finalidade de “suprir a falta do conservatório, que seria criado dez anos mais tarde” (PEREIRA, 2015, p. 4), à medida que o aprendizado priorizava o ensino da teoria musical seguido de sua prática. Por conseguinte, o ensino de música destinou-se às “metodologias e técnicas de ensino e aprendizagem, mais do que na seleção de conteúdos” (PEREIRA, 2015, p. 6).

Nesse sentido, Pereira (2015) afirma que realizar uma análise sobre a ocorrência sócio-histórica e valorativa dos conteúdos musicais, ensinados nas escolas brasileiras, viabiliza a compreensão de escolhas sobre o que é ensinado na disciplina em detrimento de outros conteúdos destinados à sua elaboração curricular. Portanto, evidenciam-se “as relações estabelecidas pelos diferentes grupos sociais com os diferentes tipos de música nas diferentes sociedades ao longo do tempo”, enquanto elementos essenciais ao aprendizado musical (PEREIRA, 2015, p. 7-8).

Por sua vez, o lugar e o significado, bem como as possíveis relações entre a educação musical e o currículo, são postas em diálogo no estudo realizado por Freitas (2016), com ênfase nas vivências informais e formais em música.

O autor propõe a reflexão com ênfase em duas premissas. A primeira incide sobre “deixar que princípios de alteridade sobreponham-se aos nossos julgamentos de gosto e ‘culturas de classe’” (FREITAS, 2016, p. 5). Neste caso, “o mais importante, porém, é compreender que o exercício educativo no interior da diferença tende a ser muito mais enriquecedor e didaticamente fértil que apegar-se excessivamente a certas escolas, muitas vezes moldadas por questões outras que estética” (FREITAS, 2016, p. 6). A segunda premissa proposta por Freitas (2016), que reside em “tirar proveito da abertura interdisciplinar inerente às atividades musicais” (p. 6), incide sobre o auxílio de outras áreas do conhecimento à educação musical. Entretanto, salienta o autor, faz-se importante situar a música enquanto fonte principal de conhecimento em detrimento de complementações pertinentes a outras áreas, “caso contrário, continuaríamos a fortalecer dicotomias: por um lado, uma educação musical fortemente associada à especificidade de uma linguagem, por outro, uma área mais voltada ao ‘mundo’ da música que à música de fato” (FREITAS, 2016, p. 7).

Portanto, a música merece estar em posição valorizada nos sistemas educacionais, transitando entre os conhecimentos inerentes às educações musicais formais e informais,

cabendo “ao professor saber gerir conteúdos amplos, variados e também extramusicais, sem se distanciar do seu objetivo central: a música” (FREITAS, 2016, p. 8).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) configura o eixo de discussão entre os pontos de encontro da Etnomusicologia e da Educação Musical, proposto por Fischer e colaboradores. Na perspectiva dos autores, a legislação brasileira sobre a inclusão das temáticas “História e Cultura Afro-Brasileira”, assegurada pela Lei 10.639/03, e “História e Cultura Indígena”, prevista pela Lei 11.645/08, é relativizada na publicação da primeira versão da BNCC, diante da obrigatoriedade do ensino da música na Educação Básica, a partir da implementação da Lei 11.769/08 (FISCHER, 2016, p. 2).

Além disso, a formação específica na linguagem artística de atuação do professor, bem como a relação de conteúdo a ser implementada na ação pedagógica, em que se trata da valorização de conhecimentos respaldados pelas leis federais relacionadas embasam, segundo os autores, o “olhar crítico no sentido da superação desse mesmo paradigma folclorista, na teoria e na prática pedagógica, uma vez que ele ainda orienta programas educacionais, define atividades didáticas e a elaboração de materiais” (FISCHER, 2016, p. 7).

Nesse sentido, a discussão da proposta em relação à BNCC, em uma visão educativa e etnomusicológica, pressupõe a valorização de conteúdos musicais com ênfase nos conhecimentos emergidos a partir de estudos realizados por “mestres” especializados, a fim de garantir a valorização da cultura de diversos tempos e espaços nos ambientes escolares (FISCHER, 2016).

Com vistas a estabelecer aproximações e distanciamentos entre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o projeto *Musical Futures* (MF) desenvolvido no Reino Unido e outros países, Zanotelli e Alcantara Neto (2016) refletem, a partir dos referidos documentos, sobre as “orientações pedagógico-musicais” dos 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental brasileiro (ZANOTELLI; ALCANTARA NETO, 2016, p. 2), propondo discussões acerca de “Objetivos e conteúdos” estabelecidos entre os documentos, seguidas da “seleção de repertório”, “Recursos (instrumentos musicais e de informática)” e “Atuação do professor” (ZANOTELLI; ALCANTARA NETO, 2016).

A partir de suas análises, os autores ponderam que “as experiências que os músicos vivenciam em contextos diversificados (o que inclui ambientes não escolares) adaptados para o ensino formal pelo MF podem ser valiosos caminhos para a aprendizagem musical na Educação Básica no Brasil” (ZANOTELLI; ALCANTARA NETO, 2016, p. 8).

Em se tratando da obrigatoriedade do ensino de música nas escolas de Educação Básica brasileiras, bem como a inserção da música como conteúdo curricular obrigatório,

Figueiredo e Meurer (2016) apresentam os impactos da Lei nº 11.769/08, “a partir de documentos, notícias e editais de concursos” (p. 516) inerentes à região sudeste do país (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo).

A partir da análise dos dados coletados, os autores ponderam que as ações musicais ofertadas por escolas públicas e municipais dos estados relacionados aconteciam, em sua maioria, enquanto atividades extracurriculares. A publicação de editais de concursos, por sua vez, pode revelar, com ênfase ao número de vagas ofertadas para professores com formação específica em música, a importância designada por parte de cada um dos estados analisados à contratação de profissionais com formação em cursos superiores de licenciatura em música.

Por fim, ao considerarem os limites da investigação, os autores constataram “que a Lei 11.769/08 teve impacto nos estados e em alguns municípios da região Sudeste do Brasil” revelando, principalmente, dois aspectos, “o diploma de Licenciatura em Música aparece como requisito para o cargo de professor de arte nos editais”, e alguns dos editais mencionavam a formação específica de profissionais através dos cursos de Licenciatura em Música, ou mesmo viabilizavam a interpretação que estes profissionais com tal habilitação universitária poderiam participar do processo seletivo para ocupação do cargo público (FIGUEIREDO; MEURER, 2016, p. 536). “Assim, gradualmente a música parece estar ocupando um espaço curricular se for considerada a presença de profissionais licenciados em música na educação básica, o que representa uma conquista para a área da educação musical” (FIGUEIREDO; MEURER, 2016, p. 536).

4. Algumas Considerações

A partir da apresentação dos textos, que se relacionam à temática “Currículo em Música na Educação Básica brasileira”, é possível constatar a carência para fomentar novas e amplas discussões acerca da inserção, bem como a implementação da música nas escolas brasileiras enquanto componente curricular obrigatório para todos os anos compreendidos pela Educação Básica.

A efetiva presença do ensino musical nas escolas, atualmente discutida no país, quer seja através da Base Nacional Comum Curricular, recentemente publicada em sua versão final para a Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II, e a partir da implementação de leis federais que asseguram o acesso à obrigatoriedade do ensino e a formação universitária

específica do profissional para o ensino da música, podem complementar as reflexões sobre o desenvolvimento do currículo em Música na Educação Básica na atualidade.

Referências:

AQUINO, Thaís Lobosque. Da perspectiva histórica da epistemologia da educação musical escolar: uma análise sobre os saberes musicais na Revista da ABEM e na OPUS – Revista da ANPPOM. *OPUS – Revista da ANPPOM*. Opus, v. 23, n. 1, abr., 2017. Disponível em: <<http://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/421/414>> Acesso em: 02 mar. 2018.

FIGUEIREDO, Sergio Luiz Ferreira de; MEURER, Rafael Prim. Educação musical no currículo escolar: uma análise dos impactos da Lei nº 11.769/08. *Opus*, v. 22, n. 2, dez., 2016. Disponível em: <<http://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/414/391>> Acesso em: 02 mar. 2018.

FISCHER, Daniele. *et al.* Noções naturalizadas de música, arte e criação: desdobramentos a partir de uma leitura da Base Nacional Comum Curricular. *Anais XXVI Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música*, B. Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.anppom.com.br/congressos/index.php/26anppom/bh2016/paper/view/4141/1303>> Acesso em: 02 mar. 2018.

FREITAS, Alexandre Siqueira de. A importância da música e sua pluralidade nos currículos escolares e universitários. *Anais XXVI Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música*, B. Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.anppom.com.br/congressos/index.php/26anppom/bh2016/paper/view/4315/1378>> Acesso em: 02 mar. 2018.

GOMES, Carolina Chaves; MELO, Isaac Samir Cortez de. Currículo em Música no ensino médio integrado no IFRN. *Anais XXIII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música*, Natal, 2013. Disponível em: <<http://www.anppom.com.br/congressos/index.php/23anppom/Natal2013/paper/viewFile/2478/375>> Acesso em: 02 mar. 2018.

KOCH, Traugott (Apr 1996). *Internet search services*. (Translation of a paper given at: "Further on the way to the virtual library! Libraries are using the Internet". Erste INETBIB-Tagung in der UB Dortmund, March 11, 1996. Conference: <<http://www.ub.uni-dortmund.de/Inetbib/programm.htm>> Paper: <<http://www.lub.lu.se/tk/demos/DO9603-meng.html>> Acesso em: 02 mar. 2018.

MARTINEZ, Andréia Pereira de Araújo; PEDERIVA, Patrícia Lima Martins. Um breve olhar para o passado: contribuições para pensar o futuro da educação musical. *Revista da ABEM*. Londrina, v. 21, n. 31, jul./dez., 2013. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/68/54>> Acesso em: 02 mar. 2018.

PEREIRA, Marcus Vinícius Medeiros. Traços da história do currículo para a educação musical escolar a partir dos livros didáticos: Uma proposta de investigação. *Anais XXV Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música*, Vitória, 2015. Disponível em: <<http://abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/621/472>> Acesso em: 02 mar. 2018.

PIRES, Nair; DALBEN, Angela Imaculada Loureiro de Freitas. Música nas escolas de educação básica: o estado da arte na produção da revista da Abem (1992-2011). *Revista da ABEM*. Londrina, v. 21, n. 30, jan./jun., 2013. Disponível em:



<<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/articloe/view/85/70>> Acesso em: 02 mar. 2018.

VEBER, Andréia. Ensino de música na escola: experiência de um currículo integrado. *Anais do XX Congresso da ANPPOM*, 2010. Disponível em: <[http://antigo.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2010/ANAIS_do_CONGRESSO ANPPON 2010.pdf](http://antigo.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2010/ANAIS_do_CONGRESSO_ANPPON_2010.pdf)> Acesso em: 02 mar. 2018.

ZANOTELLI, Gustavo Lopes; ALCANTARA NETO, Darcy. Parâmetros Curriculares Nacionais e Musical Futures: análise comparativa de propostas para o ensino de música. *Anais XXVI Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música*, B. Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.anppom.com.br/congressos/index.php/26anppom/bh2016/paper/view/4470/1396>> Acesso em: 02 mar. 2018.